

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Partidos Políticos

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Aborda o problema com a demora no término de obras em rodovias no estado; comenta o apoio do PT ao candidato Gean Loureiro.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença de Valberto Michels.

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Registra o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza; aborda a necessidade de mais efetivo na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; comenta a exigência de curso superior para ingresso na polícia.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Reporta-se à necessidade de curso superior para ingresso na polícia.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Refere-se ao problema de mobilidade urbana em Florianópolis; comenta a exigência de curso superior para ingresso na

Segurança Pública; aborda o assassinato do policial Maurino Paulo Borba.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à mobilização dos trabalhadores da saúde; comenta a aplicação de 10% do PIB na educação; aborda o Simpósio sobre Alimentação e Segurança Alimentar.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Comenta a paralisação dos servidores da saúde; registra a revitalização da rodovia que liga Brusque a Guabiruba; refere-se às obras na SC-411.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Sugere elaboração de moção em apoio aos servidores da saúde.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Manifesta apoio aos servidores da saúde.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Expressa seu apoio aos servidores da saúde.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda a redistribuição dos *royalties* do petróleo.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Lamenta o assassinato do policial Maurino Paulo Borba; aborda o movimento dos servidores da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Neste momento, acontece reunião extraordinária, simultânea, das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Assim, vamos suspender a presente sessão até o horário reservado aos Partidos Políticos, às 15h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o eminente deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, sofri muito, deputado Maurício Eskudlark, com a questão da BR-101. Foram 21 anos de luta e não está concluída, ainda está com os gargalos e dois trechos não concluídos. Foram 21 anos de muita luta, trabalho, dedicação, responsabilidade, e mais alguns processos nos quais ainda estou sendo penalizado.

Ontem participei de uma reunião da Associação Comercial, CDL de Florianópolis, e mais 30 entidades. Estão lutando há 14 anos pela alça viária entre os municípios de Palhoça e Biguaçu. Foi realizada uma audiência pública sobre o assunto ficamos sabendo que nem o projeto está concluído. Deputada Dirce Heiderscheidt, acho que faz cinco anos que implantaram o pedágio que vai para o sul e nem um projeto está concluído. Cobrar pedágio sem a estrada estar concluída é tirar dinheiro da população. Quer dizer, a estrada não estava pronta e cobravam pedágio dentro da cidade de Palhoça envolvendo a população daquela região. É uma falta de respeito total.

Ontem esteve aqui uma representação extraordinária de entidades discutindo a questão da alça viária. O presidente da comissão é o deputado Valmir Comin e eu sou o vice-presidente. Ele viajou, assumi a presidência e comandi a reunião. Vou entrar em contato com o fórum e disse ontem que iria me entregar de corpo e alma nessa ação. Vou entrar em contato com o fórum catarinense, formado pelos senadores e deputados federais, juntamente com a comissão de Transportes e Obras para que possamos trazer primeiramente o

diretor do DNIT, depois o diretor da ANTT, que foi chamado a esta Casa para dar explicações e nem sequer um representante enviou. É um desrespeito total com Santa Catarina. Nós não podemos conviver com esse tratamento de segundo escalão.

Por isso, vamos trabalhar e muito, vamos dar todo apoio para essas entidades, lideradas pela Associação Comercial, pelo CDL, por algumas entidades muito fortes, para que possamos desafogar essa questão de Palhoça até Florianópolis, não tem mais como conviver com isso. No horário das 9h se torna mais longe a distância de Palhoça até Florianópolis do que Palhoça até Araranguá, porque não adianta a distância ser pequena, o motorista tem que percorrer dez metros e parar. Essa alça viária vai desenvolver uma região inteira, os empresários da área do transporte vão percorrer a região com muita rapidez, isso não acontece atualmente e eles ficam emperrados nessa região, o que se torna um problema terrível.

Tivemos conhecimento ontem de que mais de 30 entidades estão trabalhando na questão da alça viária de Florianópolis, faz 14 anos que não temos respostas, a população se quebra pagando impostos e as respostas não acontecem.

Agora vou me integrar de corpo e alma com a Associação Comercial, com a CDL, com essas 30 entidades para buscar resultados, nem que eu tenha que tomar medidas radicais. E sou bom nisso, modéstia a parte! Se fechamos rodovia em Palhoça e Biguaçu por duas horas, e fizermos formar fila de carros até Curitiba e Porto Alegre, quem sabe chamaremos a atenção das autoridades para cumprirem os seus compromissos. Faz cinco anos que foi feito o pedido, faz três anos que a empresa ganhou a licitação do pedágio e nem sequer concluíram o projeto de engenharia, quanto mais à obra.

Dessa forma a população fica desesperada porque não tem como sair nesse trecho, se chega a São José e pega o acesso sul, não tem como passar, se vier pela via expressa, também não tem como passar, se vier pelo norte, saindo do Quartel da

Polícia, também não tem como passar, porque é inviabilizado pelo transporte de caminhões de carga do Brasil que passam por essa região, por essa estrada. Mas no momento em que essa alça viária sair do papel e for construída, vamos ter tranquilidade, vamos morar em Palhoça sem problema nenhum.

Hoje, meu caro presidente, não tem como morar em Palhoça, só saindo de madrugada para chegar a Florianópolis às 12h, só a deputada Dirce Heiderscheidt que sai de madrugada e chega a Florianópolis ao meio-dia. Não tem como percorrer esse trecho! É preciso tomar algumas medidas, e não podemos ser tratados como segundo escalão, terceiro escalão, porque as obras não saem. Só a BR-101 já vai para 15 anos que está em obra. Fizeram em dois anos uma obra no mar de 46km com cinco pistas, uma obra no mar com ponte, e nós aqui com 348km numa estrada plana, sem problema, faz 15 anos que está em obra.

E porque acontece isso aqui no Brasil? Acho que acontece isso aqui no nosso país porque existe o aditivo de 20%, quando demora, demora, não conseguem concluir a obra, é pedido mais aditivo e lá vem mais 20%. Houve empresas na obra da BR-101 que pediram 14 aditivos e entregou a obra sem concluir. Então, o custo da obra mais que dobrou e não foi concluída. Eu acho que deve haver mais zelo pelo dinheiro público.

Quando o ex-presidente Lula assumiu um compromisso na cidade de Itajaí, ele disse: "Eu entrego a ordem de serviço até o final de ano"! Isso faz 11 anos! A ordem de serviço foi entregue, o serviço foi feito, mas as empresas não cumpriram, ~~e daí para frente~~ isso vem se arrastando e a população sofrendo.

Então, é preciso, sim, que sejam tomadas medidas fortes, duras e, se for preciso, radicais, para buscar os resultados.

Este é o nosso Brasil. Se não tivessem sido tomadas algumas medidas na BR-101 nem o projeto de engenharia sairia.

Há uma obra na minha região importante, uma obra turística, uma obra que vai ligar o sul do

estado - Canela, Gramado, Caxias do Sul - com o principal ponto turístico, a cidade dos Canyons, Praia Grande e Itaimbezinho, que é a maior beleza natural do mundo. Não me lembro para quantos países já viajei, mas não há beleza natural como a de Itaimbezinho.

Faltam somente 15km de obras na serra. Foram feitos 8km e a promotora pública federal de Caxias do Sul entrou com uma ação porque isso ia acabar com dois casais de pererecas. Resultado: está ali o dinheiro depositado, estão lá as pererecas, mas descobriram que há milhões de pererecas, que não são somente esses dois casais. Agora que está tudo liberado não sai a licença no Ibama, o dinheiro está depositado e a população sofrendo.

Há uma obra que é a BR-285, que liga Araranguá a Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina. Só faltam 22km! Eu já estive em todos esses municípios participando de reuniões.

Quer dizer, faz quatro anos que não sai a licença. Estive agora com o presidente do Ibama e ele disse que estaríamos com a licença nas mãos em 45 dias. Os 45 dias já se foram e não estamos com a licença nas mãos.

Então, o presidente do DNIT, que é um general, disse que não adianta ter o dinheiro no Brasil, porque não conseguimos licença para fazer as obras! Quer dizer, é uma penalização do governo federal, do governo estadual, das prefeituras!

Então, é preciso preservar o meio ambiente. Isso é fundamental, isso é a vida! Agora, há algumas coisas que têm de ser respeitadas. Uma obra de chão, que não tem pavimentação, mas que já existe, com tráfego de todos os tipos de caminhões, de carros, e for pavimentada? Será que vai destruir o meio ambiente, se já há a obra feita?

Assim sendo, é necessário que sejam tomadas algumas medidas duras e radicais para buscar os resultados. É como estamos vendo. Quer dizer, a obra é necessária e se arrasta.

Hoje, temos convicção de quanta crítica recebeu o saudoso Pedro Ivo Campos, o Casildo

Maldaner com a questão da ponte Pedro Ivo. Vocês já pensaram se não existisse aquela ponte, o que faríamos da nossa vida? Cada um ia ter que comprar um helicóptero. Mas dinheiro não temos, teríamos que comprar aquele aparelho em que se bota um motorzinho e sai voando. Não haveria outro jeito para se chegar aqui.

Agora, temos que ajudar o governo Raimundo Colombo, que está cheio de vontade, para realizar a quarta ponte que é fundamental! Nós precisamos ajudar! É preciso que a presidente Dilma Rousseff ajude também com parceria, para que possamos fazer essa obra, porque daqui a pouco não dará mais!

Anossa capital é a capital mais linda do mundo, é uma capital que temos que ter orgulho. Mas temos que chegar nela com mais facilidade, porque senão o turista chega aqui e vai dizer que não vem para cá somente para se incomodar e para se estressar.

Então, são necessárias muitas medidas importantes para que possamos ter esses resultados. E hoje sabemos que Florianópolis vai ter que ter um novo planejamento, buscar muitos e muitos investimentos, para trafegarmos com mais rapidez.

O apoio do PT ao candidato Gean Loureiro foi fundamental para que possamos buscar resultados e conseguir os investimentos que a nossa capital precisa. A atual gestão realizou muitas obras, a exemplo dos elevados do terminal Rita Maria, do campo do Avaí, do sul da ilha, do Itacorubi, mas queremos e precisamos de mais realizações, de mais obras para a população, e o Gean Loureiro, que agora poderá contar com o apoio do Partido dos Trabalhadores - inclusive, aproveito a oportunidade para cumprimentar o líder e os demais membros da bancada do partido - vai sacramentar, de uma vez por todas, a eleição aqui em Florianópolis.

Penso que cada região do estado estará dividida de acordo com o partido. Em Joinville, o PSD está muito bem encaminhado; em Blumenau, o PSDB; e aqui em Florianópolis, o PMDB, mas todos

compondo com o governo para que haja um equilíbrio partidário.

Quero, novamente, registrar o apoio do Partido dos Trabalhadores à candidatura de Gean Loureiro, parceria fundamental para que possamos buscar bons resultados. E vamos continuar trabalhando, porque esse é o nosso compromisso com a nossa sociedade, com Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Valberto Michels, atual vice-prefeito e vereador eleito em Braço do Norte.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, dividirei o meu tempo com o deputado Maurício Eskudlark.

Gostaria de fazer duas rápidas intervenções, antes, porém, quero cumprimentar o meu amigo Lucas Esmeraldino, vereador eleito pela primeira vez em Tubarão, o mais votado, com mais de 2.300 votos, fazendo quase 4% dos votos válidos naquela cidade, que está presente nesta Casa.

Cumprimento, ainda, os amigos que prestigiam esta sessão, trabalhadores, funcionários públicos, sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

Hoje, sr. presidente, é o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza. Sabemos que a pobreza é um problema de ordem social, econômica, política, histórica, e, quando olhamos alguns dados, por exemplo, dos 50 países mais pobres do mundo, com quase 400 milhões de pessoas que

recebem menos de um dólar por dia ou mesmo no Brasil, segundo as estatísticas do IBGE, onde vivem 20 milhões de pessoas em situação de miséria, percebemos que este dia serve para que cada um de nós faça uma reflexão sobre esse desafio proposto a todos, governos nas diferentes esferas, empresários, trabalhadores, enfim, a todos os cidadãos de boa vontade que estão empenhados na busca da erradicação da pobreza, esse dia celebrado pela Organização das Nações Unidas.

Trazia ontem, sr. presidente, a esta Casa, um debate sobre a questão da obrigatoriedade, ou não, deputado Maurício Eskudlark, de um curso de ensino superior, de graduação, para que os servidores públicos da área de segurança possam ingressar na Polícia Militar, em especial bombeiros e Polícia Militar, até em decorrência das denúncias que foram levantadas, ontem, nos jornais de Santa Catarina, pela mídia catarinense, dizendo que 79 policiais da Polícia Militar e 45, se não estou equivocado, dos bombeiros acessaram o concurso público com um diploma de origem duvidosa.

Recebemos várias manifestações, deputado Manoel Mota, algumas favoráveis, outras contrárias. É claro que entendemos que quem quer seguir a carreira na vida militar, em especial na Polícia Civil, e também aqueles que querem conquistar o *status* de oficial na Polícia Militar, precisam, sim, de um curso superior.

Agora, o nosso parecer, pelo menos é a opinião deste parlamentar, é que hoje estamos com um déficit de 10 mil policiais militares em Santa Catarina, e não estamos conseguindo preencher o número de vagas para as academias. Não vejo essa necessidade de um curso superior para que se participe de um concurso para ingresso na Polícia Militar.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sobre esse meu discurso, quero dizer que ontem o articulista Cacau Menezes lançou uma nota que irei ler logo após ouvir o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Queremos cumprimentar v.exa. e dizer que ajudamos a cometer um erro. Hoje estamos sentindo que nós atropelamos o processo. Muitas pessoas de bem, que não têm curso superior, querem ingressar na polícia e prestar relevantes serviços, mas não o fazem porque não têm curso superior. Quem tem curso superior não quer ingressar na polícia, e quem sofre com isso é a população, pela falta de segurança.

Por isso, queremos cumprimentá-lo e dizer que admitimos que no dia em que ajudamos a aprovar a matéria cometemos um pecado. Não foi um pecado mortal, mas tínhamos que ter olhado com outro espírito para que não deixássemos, hoje, um entrave, em Santa Catarina, para o governo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado! Acho que há tempo ainda. Essa lei foi aprovada há cerca de três anos nesta Casa.

O articulista do *Diário Catarinense* diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Apresentar um diploma falso para conseguir emprego é falha grave em qualquer lugar do mundo. Mas daí a exigir diploma de curso superior para um soldado da Polícia Militar já é demais. Quem tem que formar o policial é a própria polícia, não um professor universitário. E quando é que vão exigir" - ele até faz uma sátira aqui e eu concordo com ele - "o mesmo diploma para essa turma que entra na política, ganhando muito, muito, muito e precisando muito, muito, muito mais de uma universidade do que um policial?"[sic]

(Palmas das galerias)

Se um policial militar precisa de um curso superior, é o mínimo que se espera de alguém que quer seguir a carreira política. Concordo e assino embaixo. Para mim o policial tem que ser bem pago, bem treinado e bem equipado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, ainda dentro do horário do PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e servidores da Saúde hoje presentes na Assembleia Legislativa, um dos assuntos abordados pelo deputado Manoel Mota foi a questão do contorno viário. Ontem, inclusive, fizemos referência na tribuna sobre essa questão.

Não participei da audiência pública no Centro de Eventos Petry, em Biguaçu, porque estava nesta Casa prestigiando a homenagem do deputado Antônio Aguiar aos 100 anos da Guerra do Contestado.

Não foi possível participar, mas nós manifestamos o nosso posicionamento. E ontem até falei nesta Casa que moro em São José e que há cinco ou seis anos eu dizia que morava a cinco minutos do centro. E hoje quem mora em São José ou Palhoça diz que mora a quase duas horas da capital.

Então, realmente temos que encontrar uma solução para o problema da mobilidade.

Hoje, acompanhava pelos jornais o resultado da reunião de ontem, deputado Antônio Aguiar, e lamentei quando li, sem críticas às pessoas, ou às instituições, que o diretor do Ibama disse que tem até maio de 2013 para analisar o projeto. Ou seja, isso é quase a mesma coisa que chegar alguém no hospital morrendo e o servidor dizer que pelas normas tem três horas para fazer o atendimento.

A pessoa tem que agir com bom senso. As normas são uma coisa, os prazos são uma coisa, e o problema que enfrentamos é um problema muito mais grave. O Ibama não pode imaginar que tem prazo de seis meses, um ano para fazer manifestar-se porque o problema é muito grave. O paciente acaba sendo impaciente. Toda a população que precisa chegar à Grande Florianópolis enfrenta esse problema grave da mobilidade. O contorno viário é uma obra emergencial e tem que vir lá do rio Inferninho, da Estiva, que fica lá em Governador Celso Ramos e não esse trajeto que iniciaria no centro de

Biguaçu e que acaba não resolvendo em nada o problema na Grande Florianópolis.

Concordo com o posicionamento do deputado Manoel Mota, acho que esta Assembleia tem que se envolver firmemente nesse projeto, juntamente com as entidades que estiveram ontem aqui manifestando preocupação, que não é uma preocupação só da classe empresarial, que tem que ser da classe política e de todas as entidades. É emergencial. A concessionária da rodovia é uma verdadeira afronta ao cidadão. Hoje, com obras quase na área central de São José, lá em Barreiros o trânsito fica todo parado. Poderiam fazer essas obras no horário noturno e não no período de pico no trânsito, trazendo sérios problemas a nossa comunidade.

Gostaria de parabenizar, mais uma vez, o deputado Antônio Aguiar pela brilhante sessão especial em homenagem à Guerra do Contestado. Há 100 anos eles construíram a ferrovia de São Francisco do Sul a Canoinhas com toda dificuldade. Hoje, o Brasil quer fazer uma ferrovia norte/sul, ligando o oeste catarinense ao centro oeste, porque as indústrias de frango já não têm ração, alimento para produção. Então, há 100 anos, quando se fazia a facção, deputado Antônio Aguiar, conseguia-se fazer uma estrada de ferro. E hoje, com toda a tecnologia que temos, não se consegue fazer as estradas de ferro, as ferrovias tão necessárias que o nosso país e os nossos estados precisam.

Queria também abordar o tema levantado pelo deputado Ismael dos Santos, quanto à questão do curso superior. As instituições pensaram em valorizar os seus profissionais, mas hoje vemos que temos muitas pessoas com vocação, com capacidade, com potencial, que não têm nível superior, mas que seriam grandes profissionais da segurança pública. Como temos profissionais da saúde, da educação, com curso técnico, que não têm curso superior, mas que são grandes profissionais no exercício das suas funções. Exige-se o curso superior, só que a remuneração não é de curso superior. Querem que o profissional tenha curso superior e não pagam a devida remuneração.

Quero fazer minha homenagem e lamentar com tristeza o assassinato, ontem, no município de Palhoça, do policial civil Maurino Paulo Borba. Nós que trabalhamos em Santo Amaro da Imperatriz, São José e Palhoça o conhecíamos muito bem. Com 48 anos de idade, 27 anos de profissão, foi assassinado. Parece-me uma tentativa de roubo.

Isso demonstra a gravidade da criminalidade que enfrentamos, porque se foi uma tentativa de roubo, aqueles marginais estavam perambulando na região onde ele morava para poder pegar algum cidadão chegando em casa, vindo do trabalho, da aula naquele horário para praticar o roubo. Infelizmente, o policial foi a vítima, pois aparentemente ele tentou reagir e foi alvejado pelos marginais.

Então, aparentemente foi tentativa de roubo, mas pior será se chegarmos à situação em que está o estado de São Paulo, onde os marginais dizem que a cada bandido morto no confronto com os policiais, eles vão assassinar dois policiais. Estamos vivendo um estado em que a ordem está invertida, porque de dentro das prisões os marginais acabam tendo mais força e comandando a criminalidade, pois quem está dentro da prisão está protegido e obrigando os marginais que estão na rua a praticar roubos e crimes, sob pena de mandar assassinar seus familiares ou quando ele for preso vir a sofrer represália e ser assassinado.

Eu posso dizer que a situação, sr. presidente, é bem mais grave do que imaginamos na questão da criminalidade. Preocupa-me muito esta questão, pois a falta de motivação para o ingresso na segurança pública dos profissionais, daqueles que têm vocação está difícil. Vivemos um momento de repensar, inclusive os nossos políticos federais devem repensar a mudança da legislação para proteger o cidadão que trabalha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -  
Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Minha saudação ao sr. presidente, a todos que nos visitam na tarde de hoje, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde do nosso estado. Quero cumprimentá-los pela luta, pela mobilização, pela coragem de enfrentar, inclusive, a pressão de estar aqui firmes defendendo a saúde pública e a população de Santa Catarina. Quero cumprimentar também todos que nos acompanham nesta tarde pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Inicialmente quero comunicar e cumprimentar o Congresso Nacional que ontem aprovou uma medida importante, ou seja, de que 10% do PIB - Produto Interno Bruto - sejam aplicados na educação. Uma medida que, com certeza, trará uma grande mudança na educação brasileira.

Boa parte desses recursos certamente virá do pré-sal, e pode ser investida em formação tecnológica, na estrutura educacional do país, em equipamentos, em escolas, principalmente nos trabalhadores da educação e também na formação, na qualificação dos nossos profissionais, sejam eles da educação ou não, ou seja, na capacitação da população brasileira, da nossa juventude, para termos condições de continuar crescendo, desenvolvendo, gerando empregos e oportunidades para a nossa população.

De fato uma ação importante do Congresso Nacional, com aval do governo federal, que permitirá esse investimento maior na educação nos próximos anos. Uma perspectiva de construir um país diferente, cuja base é o investimento na educação. Uma perspectiva de construir um país diferente, cuja base é o investimento na educação. Uma perspectiva de construir um país diferente, cuja base é o investimento na educação.

Outro evento importante que já comentei aqui, ontem, que tem tudo a ver com o nosso futuro, com as futuras gerações, é o nosso simpósio sobre

alimentação e segurança alimentar, que foi promovido nesta Casa, no dia de ontem.

Cumprimento o meu colega, companheiro deputado Volnei Morastoni, da comissão de Saúde, nós participamos ativamente também, e somos da comissão de Agricultura, todas as organizações, a Escola do Legislativo, enfim, o apoio desta Casa neste grande evento, com mais de 500 participantes, que discutiram a saúde da população a partir do alimento. Como resultado, tivemos um conjunto de ações e definições para continuidade desta luta no próximo período.

No Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, aconteceu esse grande evento. Ficou definida uma grande luta na questão da divulgação dos dados, das informações ao grande público que hoje consome excesso de gordura, produtos industrializados, excesso de sal, excesso de açúcar, que prejudicam grande parte da nossa população e criam um problema de saúde pública em nosso país.

Segundo o IBGE, 50% dos homens brasileiros acima de 20 anos estão acima do peso, e 48% das mulheres. A falta de ética na propaganda, na publicidade, principalmente pela televisão, induz as nossas crianças a consumir um produto que não traz saúde, que traz problemas e doenças. A mídia precisa ser regulamentada no nosso estado e no nosso país.

Outro gravíssimo problema que enfrentamos é o alto índice de uso de agrotóxicos. Usa-se no país, segundo levantamentos feitos, em torno de 5.2 quilos de agrotóxicos/ano por habitante brasileiro, na produção de alimentos. Isso é um dado assustador que nos preocupa e precisamos tomar ações nesse sentido.

Outra grande preocupação é no que diz respeito a criar uma política de estado sobre alimentação saudável também aqui em Santa Catarina. O estado precisa construir uma estratégia, uma política de alimentação saudável e de segurança alimentar, que hoje não existe.

Precisamos que os órgãos públicos do estado de Santa Catarina, principalmente a Epagri, a secretaria de Saúde do estado, tenham políticas

estratégicas de prevenção e de fortalecimento de investimentos na produção alternativa, ou seja, a produção saudável de alimentos agroecológicos, alimentos orgânicos, que fazem bem para a nossa população.

Outro encaminhamento é apoiar os projetos em tramitação nesta Casa. Um deles determina que, no mínimo, 20% da alimentação escolar seja alimentação orgânica.

Outro projeto, o Projeto de Lei n. 578/2011, isenta o ICMS de produtos da agricultura familiar destinados à alimentação escolar, das pequenas agroindústrias familiares.

Outra questão que chama a atenção e que o estado precisa rever é que em 2013 estão previstos 278.7 milhões de incentivos fiscais, reduções fiscais, para a comercialização de agrotóxicos e químicos no estado de Santa Catarina.

Estas são algumas das questões que este seminário apontou, esta conferência realizada ontem, sobre alimentação saudável e segurança alimentar, no nosso estado, no nosso país. Com uma participação extremamente importante dos órgãos e organizações da sociedade que fizeram, durante todo o dia, um grande debate e o encaminhamento para que se façam novas discussões, novos encontros que possam melhorar os projetos e as políticas, no sentido de ter qualidade nos alimentos e assim poder trazer saúde para a nossa população.

Por último, sr. presidente, em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, quero trazer o apoio à luta dos funcionários da área da Saúde do estado de Santa Catarina. A assembleia da semana passada apontou uma perspectiva de mobilização se até o dia 23, às 19h, não houver uma negociação concreta com o governo do estado para os pontos de pauta que a categoria levanta: a não-retirada de nenhum benefício financeiro durante a negociação; implantação da gratificação atividade-saúde com valor de 100% igual aos servidores da secretaria da Fazenda; continuação da contratação de servidores por concurso público e garantir a compra de equipamentos, materiais e

medicamentos para melhorar o atendimento à população respeitando a lei da licitação.

Outra questão importante é também falar da saúde dos trabalhadores, a valorização e o cuidado com as pessoas que atuam na área da saúde, que cuidam dos doentes. Para ajudarem as pessoas eles também precisam estar saudáveis.

Sr. presidente, falamos daqui, desta tribuna, que se quisermos que a população catarinense tenha um bom atendimento, precisa ser valorizado o trabalhador, seja ele da educação - o deputado Maurício Eskudlark, que me antecedeu, citou aqui a questão da segurança pública -, da Saúde, da agricultura, as pessoas têm que ser valorizadas para se sentirem bem e atenderem melhor a população.

Por isso, estamos fazendo um apelo ao governador Raimundo Colombo para que receba o sindicato e faça a negociação para que a sociedade catarinense, mais uma vez, não tenha que enfrentar a paralisação. Os próprios trabalhadores querem trabalhar, sim, mas precisam ser respeitados e valorizados.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente médico Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, uma saudação especial aos colaboradores da Saúde que se fazem presentes destacando o seu movimento. Inclusive ontem vários participaram daquela movimentação em torno do Hospital Infantil, dando-lhe um abraço pelos problemas da saúde que precisam ser enfrentados e que passam necessariamente por investimentos em construção, na compra de equipamentos médicos, mas também passam principalmente pela contratação e valorização dos funcionários. Tenho certeza de que

essa valorização dos servidores dará uma grande contribuição, sim, à melhoria dos serviços médicos prestados aos catarinenses.

Eu queria, na tarde de hoje, destacar que, pela manhã, o presidente do Deinfra, dr. Paulo Meller, acompanhado também do secretário de Infraestrutura, receberam o prefeito de Guabiruba, Eurídes Kormann e o empresário Juliano Schumacker.

Através da empresa GUABIfios o governo do estado implantará ou revitalizará uma rodovia que existe entre Brusque e Guabiruba que hoje não atende à demanda do tráfego entre as duas cidades, até porque Guabiruba cresceu muito nos últimos anos, porém os acessos, as estradas que existem lá ainda são as mesmas, aquelas de 130 anos quando o município foi fundado.

Então, hoje, o governo do estado, através do Deinfra, praticamente iniciou todo o processo da construção, da revitalização daquela rodovia que será feita em parceria com a empresa GUABIfios, baseado no princípio de que a empresa praticamente usa o ICMS que vai pagar no futuro para fazer esse adiantamento construindo a estrada e abatendo, naturalmente, do ICMS futuro.

Aliás, essa é a segunda obra que o governo do estado faz dessa forma. A primeira é uma obra de Vidal Ramos até Imbuia onde a empresa Votorantim está construindo ou revitalizando, melhorando o trajeto de uma rodovia estadual que faz a interligação entre essas duas cidades.

Então, hoje foi o segundo contrato que o governo do estado fez em parceria semelhante.

Queria ainda destacar que na próxima terça-feira, dia 23 de outubro, o secretário de estado de Infraestrutura e ex-prefeito, agora presidente do Deinfra, Paulo Meller, receberá os cinco prefeitos eleitos do vale do rio Tijucas: Valério Tomás, de Tijucas; Antônio da Silva, reeleito, de Canelinha; Daniel Cândido, eleito, de São João Batista; Gian Francesco Voltolini, eleito, de Nova Trento e João David, eleito, de Major Gercino, que juntamente com este deputado e com as lideranças do vale do Rio Tijucas levaremos uma reivindicação importante que, de certa maneira, há vários anos

vem sendo feita e que agora certamente será atendida através da secretaria de estado de Infraestrutura, para a SC-411 que interliga Gaspar e Tijucas passando pelo vale do rio Tijucas.

Essa rodovia possui 60km de extensão e em 2010 foi a rodovia de Santa Catarina mais assassina, pois num trecho de 14km tivemos 23 mortes. Em 2011, 93 pessoas foram gravemente feridas em 175 acidentes. E agora há três, quatro semanas, também tivemos um acidente grave quando morreram quatro pessoas da mesma família. Imaginamos que se construirmos ali alguns trevos, alguns retornos, algumas áreas de escape e também for implantado algum serviço de lombada eletrônica, certamente irão diminuir e muito o número de acidentes nessa rodovia.

Então, na próxima semana o governo do estado, através da secretaria de estado da Infraestrutura, receberá a delegação desses prefeitos, quando levaremos o encaminhamento de alguns pedidos que ao governo federal para que sejam melhoradas as condições de tráfego da rodovia SC-411 que interliga Tijucas e Gaspar e que passa por várias cidades como Canelinha, São João Batista, Nova Trento.

Com a santificação de Santa Paulina, em Nova Trento, aumentou demasiadamente o tráfego nessa rodovia. Porém, poucas mudanças nos últimos anos foram feitas. Há uns dois anos, aproximadamente, foi feita uma rótula em São João Batista, o que diminuiu muito o número de acidentes naquela cidade. Por isso estamos reivindicando algumas melhorias nessas cidades do vale. E tenho certeza de que isso irá contribuir muito para diminuir o número de acidentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está suspensa a presente sessão até as 16h, quando iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soa a campainha) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0012/2011, 0098/2011, 0243/2011, 0287/2012 e 0300/2012.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0071/2012, 0082/2012, 0206/2012, 0212/2012, 0222/2012, 0238/2012, 0257/2012, 0296/2012, 0317/2012, 0332/2012, 0334/2012, 0338/2012, 0357/2012, 0360/2012, 0384/2012, 0399/2012, 0406/2012, 0409/2012, 0414/2012, 0420/2012, 0430/2012, 0436/2012, 0444/2012, 0465/2012, 0466/2012, 0473/2012, 0477/2012 e 0479/2012, todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0085/2012, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Napolini - Assomin, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0228/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Antiálcool e Dependência Química de Apoio às Famílias do Extremo Sul Catarinense, de Praia Grande.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0267/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Instituto Horus Faculdades de Ensino, Pesquisa, Tecnologia e Projetos Socioculturais, de Pinhalzinho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0121/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que acrescenta os § 1º, 2º 3º ao art. 9º da Lei n. 13.336, de 2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - Funcultural; o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - Funturismo e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - Seitec.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de fazer um pedido, o autor não está no plenário neste momento, para retirar esse projeto, pois a nossa bancada não está segura para votá-lo e precisaríamos analisar no mesmo.

Assim, peço que seja retirado de pauta e que seja votado na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Dirceu Dresch, a matéria será retirada de pauta e voltará à Ordem do Dia na próxima semana.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0142/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da rodovia SC-159 que liga o município de Águas Frias à Nova Erechim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art.206, do Regimento Interno, as Indicações de n.s: 0401/2012; 0402/2012 e 0403/2012, de autoria do deputado Sandro Silva; 0404/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0405/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Comunica, ainda, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0907/2012; de autoria do deputado Aldo Schneider, 0910/2012, de autoria do

deputado Carlos Chiodini; 0912/2012, 0913/2012 e 0914/2012, de autoria do deputado Sandro Silva; 0915/2012, 0916/2012, 0917/2012, 0918/2012, 0919/2012, 0920/2012, 0921/2012 e 0922/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência comunica também que submete à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0908/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem pedindo aos gerentes das operadoras de telefonia móvel, TIM, CLARO, OI e VIVO, a instalação de torre para uso da telefonia móvel nos distritos de Garcia e Rio Novo, município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0909/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita envio de mensagem pedindo aos gerentes das operadoras de telefonia móvel, TIM, CLARO, OI e VIVO, a instalação de torre para uso da telefonia móvel no distrito de Aratingaúba, município de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações referentes à entidade que administra o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, em São Miguel D'Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada à Ordem do Dia, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, para atender o entendimento das lideranças partidárias.

E nesse espaço, de acordo com o requerimento que temos em mãos, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e demais deputados que o subscreveram, o sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privada do Estado, de Florianópolis, fará usoda tribuna por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente, deputada Ana Paula Lima.

Quero agradecer aos líderes de todos os partidos que na tarde de ontem assinaram muito rapidamente, de forma favorável, o uso da palavra pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Florianópolis.

Parabenizo Pedro Paulo das Chagas, a diretoria do sindicato e todos os servidores presentes.

Sra. presidente, conforme foi solicitado pelo representante dos trabalhadores da Saúde, elaboraremos uma moção de apoio deste Poder, que será enviada ao governo do estado, ao chefe do Poder Executivo, ao secretário de Saúde do estado de Santa Catarina, para que atendam as

reivindicações, atendam ao pleito desses servidores.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. vai redigir a moção?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, pretendemos aprová-la na tarde de hoje!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Também vou subscrevê-la.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, com a aquiescência do deputado Sargento Amauri Soares, quero encaminhar o apoio da nossa bancada através da moção pela audiência e conversação com o governo do estado.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sra. presidente, também quero me solidarizar com o movimento. Na primeira sessão após as eleições municipais, no primeiro turno, falei que em todos os municípios onde andamos o tema principal era a saúde. E se esse tema era tão debatido é porque ele precisa de prioridade, pois de fato os problemas estão acontecendo.

As três esferas de governo, federal, estadual e municipal precisam colocar a saúde como prioridade, e no caso específico de Santa Catarina, o governador assumiu o compromisso de a prioridade um, a prioridade dois, e a prioridade três ser a saúde.

Então, esperamos efetivamente que se aloquem mais recursos, que se resolva a questão dos servidores, e também a questão dos atendimentos lá

na ponta, como exames, falta de profissionais, de estrutura em alguns hospitais, enfim, aquilo que está sendo reivindicado em termos de melhoria para a saúde de Santa Catarina.

Portanto, a nossa solidariedade a todos os trabalhadores da Saúde.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

De comum acordo com o deputado Sargento Amauri Soares, com a bancada do Partido dos Trabalhadores e demais deputados que irão subscrever essa moção, informo que ela será deliberada amanhã e encaminhada ao governador do estado.

Senhores, senhoras e colegas de trabalho, temos apenas uma função aqui: apoiar e defender essa causa.

(Palmas das galerias)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, como é do conhecimento de toda esta Casa, tramitou no Senado o Projeto de Lei n. 0448/2011, que trata da redistribuição ou da partilha dos *royalties* do petróleo.

Pela Constituição brasileira, até o presente momento, os *royalties* do petróleo são essencialmente distribuídos ou totalmente distribuídos para os municípios, sendo que o estado produtor está promovendo, de certa maneira, uma grande injustiça social, porque o petróleo que é beneficiado se transforma em vários subprodutos. Ele é pago por todos os brasileiros, porém, parte dos tributos chamados de *royalties* da exploração é distribuída atualmente apenas aos municípios e os estados produtores. E Santa Catarina, no caso, ainda é prejudicada por algumas formas de avaliação. Aqui perto da costa de Santa Catarina são retirados milhares de barris de petróleo, mas a grande parte desses *royalties* é contabilizada no estado do Paraná. Por exemplo, no ano passado R\$

48 milhões foram destinados àquele estado, quando o nosso estado recebeu apenas R\$ 118 mil. Agora, tramita na Câmara o Projeto de Lei n. 0448/2011, que prevê um princípio mais equânime, mais social desses *royalties* do petróleo.

Calcula-se que nos próximos 15 anos, ou seja, até 2027, os *royalties* do petróleo, incluindo o pré-sal, vão arrecadar, distribuir, cerca de R\$ 1,5 trilhões e que, mantida a forma como está atualmente, naturalmente, essa distribuição ficará concentrada nos estados produtores em detrimento dos demais. Por isso, esse projeto de lei, aprovado pelo Senado federal, prevê que esses *royalties* sejam distribuídos da seguinte forma: 20% para os estados produtores, 10% para os municípios produtores, 5% para os municípios adjacentes e afetados no seu processo de beneficiamento. Somando tudo isso, praticamente, 35% do total dos *royalties* arrecadados seriam distribuídos, ainda, para os estados e municípios que têm a ver com a extração do petróleo. Porém, aí vem a modificação, 25% passariam a constituir o Fundo Especial para os Estados; 25% serviriam para constituir o Fundo Especial para os Municípios, e 15% seriam destinados a um fundo social.

Então temos 65% dos *royalties* do petróleo, que já estão sendo explorados, e aqueles contratos que ainda serão firmados, passariam a ser distribuídos dessa maneira. E agora, e esse é o detalhe, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 2565/2011, e ainda mais dois projetos, o 469 e 634 que, justamente, tratam dessa nova forma mais humana, mais social, da redistribuição dos *royalties* do petróleo.

Quero destacar que no Brasil o bolo tributário é alto, a arrecadação dos municípios, dos estados, é grande, porém, lamentavelmente, a redistribuição está sendo muito injusta. Para os srs. terem uma ideia, nos estados, normalmente, do ICMS, que é pago por todos, são redistribuídos 85%, conforme o movimento econômico do município, e 15% são distribuídos de forma igual para todos os municípios, o que, na minha opinião, são duas contas, duas formas injustas.

Inclusive, sou autor de um projeto de lei que prevê a valorização do número de habitantes do município, a extensão do município, os quilômetros de estradas que tem a conservar, a preservação ambiental, enfim, deveríamos levar em consideração vários fatores, não apenas os econômicos, nesta conta para a distribuição do ICMS. E, igualmente, na distribuição dos *royalties* do petróleo, a Constituição brasileira fazia uma grande injustiça, pois o tributo pago por todos os brasileiros na hora de comprar a gasolina, o óleo diesel, o gás, enfim, os subprodutos do petróleo, em que já estão incluídos os tributos, inclusive, os *royalties*, estava sendo redistribuído apenas para alguns estados e municípios, com o agravante, ainda, de que a exploração do petróleo em alto mar é feita a uma distância de 100, 150, 200Km ou mais da costa do Brasil.

É evidente que as repercussões ambientais sobre o estado são ínfimas. Quer dizer, a repercussão sobre os estados de Santa Catarina, Rio Grande e Amazonas, na exploração do Pré-Sal no mar do Rio de Janeiro, é a mesma coisa.

Então, não há por que esses *royalties* voltarem apenas para São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que todos os brasileiros estão pagando o tributo. É justo, então, que se faça um movimento para que esses *royalties* sejam distribuídos de uma forma mais equânime para todos os brasileiros.

Esse projeto de lei que tramita na Câmara, e que já foi aprovado no Senado, prevê, ainda, repetindo, que 20% desses *royalties* permaneçam indo para os estados; que 10% continuem indo para os municípios onde se extrai o petróleo, e que 5% sejam destinados aos municípios do entorno onde é extraído esse petróleo. Porém, 65%, o restante, então, aí sim, essa grande fatia, passa a fazer essa tarefa social de ser redistribuída para todos os estados brasileiros, inclusive com parte deles sendo destinada para um fundo social e usada em inúmeros benefícios sociais.

De forma que esse R\$ 1,5 trilhão que nos próximos 10 ou 15 anos o Brasil arrecadará de

todos os brasileiros vai ser redistribuído de uma forma mais justa e humana.

Nesse sentido, sra. presidente, peço que esta Casa faça uma moção, a ser enviada à Câmara dos Deputados, apoiando esse projeto de lei que já foi aprovado no Senado. E que seja aprovado na Câmara da mesma maneira, acabando com essa injustiça que por muito tempo estava sendo praticada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TV e pela rádio na tarde desta quarta-feira, quero iniciar esta fala lamentando o falecimento, por assassinato, do policial civil Maurino Paulo Borba, conhecido como Bila entre os policiais militares e civis da Grande Florianópolis. Ele foi assassinado na noite de ontem, quando chegava a sua residência, por um grupo de marginais que chegaram com um carro e desferiram diversos tiros contra esse companheiro policial civil.

Pode ter sido uma ação premeditada para executar o policial, uma prática que anda bastante em voga em alguns estados da federação, especialmente São Paulo. Pode ter sido, inclusive, uma tentativa de assalto, algo cada vez mais comum nas nossas cidades. E, evidentemente, sendo um policial e vendo a chegada desses elementos, ele pode ter tentado sacar a sua arma sendo, portanto, executado.

Mas as causas serão investigadas e imaginamos que os autores não deverão permanecer muito tempo livres, porque haverá de existir uma forma de identificá-los e encontrá-los.

A nossa solidariedade aos policiais civis, aos familiares e aos amigos mais próximos do policial civil Maurino Paulo Borba, grande policial. Como todos os companheiros têm registrado, era

efetivamente um servidor que vestia a camisa, o uniforme e a causa da segurança pública no nosso estado. E ele foi assassinado na noite de ontem por ser policial.

Quero falar também do movimento dos servidores da Saúde, que acabaram de sair deste plenário. Temos falado disso desde a semana passada aqui, e quero expressar o nosso apoio e solidariedade.

A questão parece difícil de entender, mas vou tentar aqui simplificar. O estado tem-se aproveitado da sobrecarga de trabalho desses trabalhadores há mais de 20 anos, em jornadas cada vez mais extensivas. Alguns deles trabalham, inclusive, em dois empregos, o que é legalmente impossível e, portanto, aquela carga a qual o presidente do sindicato falou aqui, é em alguns casos multiplicada, porque tem servidor que trabalha no estabelecimento do estado, faz hora plantão, vai para o estabelecimento municipal ou federal, trabalha e faz hora plantão.

Portanto, podemos imaginar a jornada de trabalho e o estado de esgotamento físico e mental dos servidores que estão cuidando das vidas das pessoas aqui no nosso estado. E aí, depois de 20 anos usando os serviços dos trabalhadores, um belo dia, ou num horroroso dia, o estado vai lá e diz que a partir do mês seguinte não haverá mais HP para o plantão. Ah, mas por quê? Porque nós contratamos, estamos contratando 300 servidores para o Hospital Regional. Ora, com uma defasagem de milhares de servidores, contrata 300 para um hospital e decreta que não haverá mais HP em nenhum hospital?

Obviamente, a população é que arcaria com uma quantidade de horas de trabalho ainda menor do que existe hoje, com menos servidores disponíveis para atender a população. Então, a prejudicada seria a população e é óbvio também que esses servidores, com 30% a 70% a menos no salário, teriam o orçamento familiar indo para o espaço.

Então, vendo a categoria que estava lá quieta, cansada, trabalhando, e muito, deputada Ana Paula Lima, não conseguimos entender certas inteligências na administração pública. A

categoria estava lá massacrada, cansada, trabalhando, resignada, e desabafa na frase que demonstra o tamanho da indignação: "Nós queremos mesmo trabalhar só as 30 horas por semana, que é uma luta nacional dos trabalhadores da Saúde. Nós queremos trabalhar as 30 horas por semana que a lei nos permite e ter um salário digno. Portanto, queremos que o governo nos dê uma ratificação para compensar a hora/plantão e que contrate mais servidores para substituir e para garantir o serviço mínimo básico à população." Com isso, a categoria ganhou mais força, inclusive, para começar uma greve. E começou a greve no dia 9 de outubro com muita força, depois de um mês tentando negociar com o governo fazendo reuniões na secretaria.

Eis que no dia 8 de outubro, às 20h, a greve estava organizada para começar, informada ao governo no prazo legal, com tudo certinho para começar às 7h da manhã do dia 9. No dia 8, às 20h, o governo mandou um documento pedindo para que não comessem a greve e que em 15 dias apresentaria uma proposta. Isso é para dividir a categoria, é uma tática, cujo objetivo é dividir a categoria e cansar o movimento. É deslegitimar o sindicato e o comando de greve. Mas a categoria, sabiamente, em assembleia, refletiu, evidentemente existiram posições divergentes, mas decidiram dar os 15 dias de prazo. Os 15 dias de prazo terminarão no dia 22 de outubro e a greve recomeçará às 7h da manhã de terça-feira que vem. O sindicato, as categorias já deram 15 dias a mais de prazo além dos 40 dias que vinham conversando antes e não houve proposta nenhuma. Então, é preciso que o governador do estado, as autoridades da área da Saúde analisem isso.

E com relação a algumas questões que o Pedro falou muito rapidamente aqui por falta de tempo, é preciso olhar as horas/plantão e as horas de sobreaviso que estão sendo pagas de forma irregular. Há hospitais semi-fechados pagando sobreaviso como se fosse um hospital grande e bem aberto. Há hospitais que não têm grande necessidade de serviço de urgência e que pagam

muitas horas de sobreaviso. Há peixinho das direções ganhando hora/plantão e sobreaviso sem a contrapartida em serviço.

Essa é a realidade, isso precisa ser investigado pela secretaria. Não existe a corregedoria para investigar? Se só fizer isso já será possível dar uma gratificação para todos. Se algumas bandalheiras forem solucionadas, não quero dizer que sobreaviso e hora/plantão é ilegal e não é necessário. Está na lei, quando é preciso e necessário tem que ter. Agora, não pode é sobreaviso e hora/plantão serem usadas como tática de cooptação de servidor para votar em determinado candidato ou para ser subserviente às chefias e às direções.

Quando for por interesse do serviço público, tem que pagar hora/plantão e sobreaviso. Mas tem gente usando isso, e muito, para cooptação de servidor para ser subserviente às chefias e, inclusive, para servir de manobra eleitoral. Isso precisa ser visto pelas autoridades competentes. Só resolvendo isso já dá para economizar uma boa gratificação, ou um pouquinho a mais apenas.

Um assunto que foi tratado aqui ontem e hoje e não pude me manifestar a respeito, é a denúncia de cento e poucos diplomas de curso superior falsos para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Evidentemente, isso tem que ser investigado, apurados os responsáveis e penalizados. O MEC tem sido generoso demais em conceder possibilidade de qualquer um abrir um curso de nível superior. Permitam-me dizer que dessa forma tem sido generoso demais o MEC. Isso tem que ser investigado e apuradas as responsabilidades. E a coisa tem que ser tratada na forma da lei, evidentemente. E quem quer que seja o responsável, a escola que concedeu o certificado de nível superior ou os servidores dessas instituições, precisam ser punidos. Alguém precisará ser responsabilizado legalmente.

Agora, argumentar a partir disso que não deve haver exigência de nível superior para ingresso na polícia e no bombeiro? Não dá para jogar a criança fora junto com a água suja. Não podemos retroceder

no tempo, não podemos abrir mão de uma questão que é importante para o futuro da segurança pública. É preciso, sim, que a instituição e os organismos responsáveis pelos processos seletivos, os concursos públicos de ingresso na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros e nos outros órgãos, verifiquem melhor a documentação apresentada e a possibilidade de fraude.

Retroceder e dizer que não é preciso curso superior, é considerar que para ser polícia e bombeiro não precisa avançar, podemos ficar parados no tempo, o que seria um erro. Mas voltaremos a debater isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra especial, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão.





